



CANACOS NO QUEBEC: A EXPERIÊNCIA DE JOVENS AUTÓCTONES CALEDONIANOS DO CURSO TÉCNICO DE MINERAÇÃO NAS CIDADES DE ROUYN E SEPT-ÎLES

Marie Salaün
Universidade de Nantes
Centro de Pesquisas em Educação de Nantes

Esse texto foi escrito a partir de uma pesquisa (nota 1) feita junto à vinte jovens originários da Nova Caledônia, colônia francesa de povoamento no Pacífico Sul, hoje engajada em um processo de descolonização, que poderá resultar em sua emancipação da tutela da República Francesa até 2019, após um referendo de autodeterminação. Em sua maioria, são jovens Canacos, povo autóctone do arquipélago, que têm em comum o fato de terem saído de seu país para seguir um curso de formação técnica nos Colégios de Ensino Geral e Profissional (Cégep) de Rouyn e de Sept-Îles, no âmbito do desenvolvimento industrial da mineração de níquel em seu país de origem. Os projetos de mineração que são executados em colaboração com multinacionais canadenses, deram origem desde 2007 a diferentes dispositivos destinados aos estudantes caledonianos, com vistas a prepará-los seja para um Diploma de Ensino Colegial (DEC) [programa Mobilidade Quebec do governo da Nova Caledônia, ou programa Mobilidade Canadá da Província Norte – ver quadro] seja para um dos Certificados de Estudos Colegiais (AEC) criados pelas companhias KNS e Vale-Inco (nota 2). A pesquisa abrangeu os campos profissionais da eletrônica e da manutenção industrial.

Os programas “Mobilidade” do governo neo-caledoniano

Desde 2007, o programa Mobilidade Quebec do governo da Nova Caledônia é destinado a jovens titulares do *baccalauréat*^{INT} de nacionalidade francesa, em dia com suas obrigações militares. Não são elegíveis os que já estão inscritos nas formações profissionais pós *baccalauréat* ou os que estão no segundo ou no terceiro ano na Universidade da Nova Caledônia, ou assalariados com contrato de duração indeterminada. São garantidos o bilhete de ida e a volta entre Nouméa e o *cégep* escolhido, 90 000 CFP de subsídio para instalação (aproximadamente 1100 \$ CAD), um auxílio mensal de 83 000 CFP (aproximadamente 1025 \$ CAD), um seguro hospitalar e de saúde, e os gastos de inscrição para a primeira sessão do exame dos três anos do DEC.

Desde sua criação em 2010, são elegíveis para o programa **Mobilidade Canadá** da Província Norte jovens que preenchem os mesmos requisitos, ou seja, ser originário do Norte, ter sido aceito em um *cégep*, mas não ter obtido uma bolsa governamental. As condições do auxílio financeiro são as mesmas do dispositivo governamental, com um prêmio de partida suplementar de 50 000 CFP (618 \$ CAD) e uma dotação de equipamento de 130 000 CFP (1600 \$ CAD).

O objetivo das entrevistas era registrar o lado subjetivo de uma experiência de formação educacional no estrangeiro. As entrevistas incluíam um conjunto amplo de perguntas sobre as motivações da partida, os anos de estudos no *cégep* e as condições de retorno ao país. Vinte anos após uma primeira investigação que havia feito junto a estudantes Canacos na França metropolitana (Salaün, 1993), meu



interesse por essas narrativas individuais foi suscitado pela curiosidade diante de um dispositivo que, apesar de tudo, “funciona bem” quando se considera a baixa taxa de abandono dos estudantes que partiram para o Quebec comparada à dos primeiros anos de *licence*^{2NT} na Universidade da Nova Caledônia ou na metrópole. Esse êxito merece de fato nossa atenção, sobretudo por que é comum atribuir as dificuldades acadêmicas dos estudantes Canacos a dificuldades de adaptação, à pedagogia universitária e à condição de estudante nos seus aspectos econômicos e sociais. Na Nova Caledônia, assim como em outros lugares, as trajetórias escolares dos autóctones se apresentam como uma corrida de obstáculos que poucos conseguem vencer. A etiologia desse fato confere até hoje uma larga parte aos estereótipos quanto a uma hipotética “mentalidade” Canaco, feita de gregarismo e de falta de ambição, de passividade e de recusa da “modernidade” ocidental, que representaria o êxito na “escola dos brancos” (Salaün, 2005). Ora, no presente caso, essas dificuldades de adaptação são *a priori* exacerbadas: a duração do curso (três anos para os DEC, entre doze e dezoito meses para os AEC), a distância da Nova Caledônia (são necessárias 48 horas do Pacífico Sul para se chegar a Rouyn ou Sept-Îles), as condições de vida (como o rigor das temperaturas para os jovens que vêm de um clima tropical temperado...), a diferença cultural frequentemente mascarada por uma francofonia comum, a descoberta de um sistema educativo quebequense muito diferente do sistema francês, etc. Diante de todos esses fatores, veremos como terão reagido os jovens entrevistados na pesquisa.*

Destinos Marcados pela Mina

Meus pais... eles sempre me disseram “é preciso encontrar um trabalho”. Na nossa cabeça, era na usina. A gente esperava uma pequena saída, mesmo se a gente vinha de longe de Koniambo. A gente sabia que, como era uma grande multinacional que vinha aqui, teriam coisas equipadas, instalações para alojamento, etc. No começo, quando a gente ouviu falar da usina, a gente não pensava nas condições de vida, nas instalações para o alojamento... A gente mergulhou de cabeça porque é um trabalho, e que é preciso ir trabalhar. Além disso, *é nossa usina. Desde crianças nos encham os ouvidos: é preciso ir para a escola... Trabalhar direito... Parar de ficar na tribo... Você tem os pais que te empurram também. Eles dizem: “Façam sua vida, vão trabalhar, comprem para vocês uma casa, um carro...”*. Para mim, foi isso. Entrar no... capitalismo [riso]. Meus pais me disseram que era preciso ir bem na escola... para ter... uma vida. Mas chega um momento, é preciso mudar... e não ficar nos campos ... (sublinhado por mim).

Como diz esse jovem de 26 anos com suas próprias palavras e uma certa ironia... seu futuro, enquanto jovem Canaco da Província Norte, é indissociável da “usina”, o termo local para se referir, sem outra precisão, ao vasto complexo industrial de Vavouto, cuja primeira pedra foi colocada em 2006 e cujo primeiro lingote de níquel foi obtido em 2013. Nesse testemunho, pode-se ler, nas entrelinhas, o futuro para o qual esses jovens da Província Norte foram empurrados pela sua comunidade (Grochain 2013).



É preciso, portanto, voltar ao contexto em particular que levou esses jovens Canacos a se expatriar para se formar no Quebec.

Estima-se que a Nova Caledônia possui um terço das reservas mundiais de níquel. Ainda que a exploração na ilha seja antiga (ela começa em 1873), o lugar do setor mineiro no desenvolvimento dessa coletividade francesa do Pacífico assumiu uma dimensão inédita há quinze anos.

Grande riqueza econômica, [o níquel] é também uma questão política central. Desde a assinatura dos acordos de Matignon em 1988, concebidos para reequilibrar economicamente a Província Norte e as ilhas, em sua maioria habitadas por Canacos, pouco desenvolvidas com relação à Província Sul, centro administrativo e financeiro controlado pelos Brancos, os independentistas Canacos têm bastante interesse em controlar a exploração do minério verde. Em 1990 a Província Norte, onde eles são os principais eleitos, compra do grupo Lafleur a Sociedade Mineira do Sul Pacífico (SMSP), transformada em uma sociedade de economia mista, a Sofinor. Em 1998, com o fim dos acordos de Matignon e na véspera dos acordos de Nouméa, a empresa obtém com a ajuda do Estado 51% do maciço do Koniambo – uma das mais ricas jazidas do mundo. Ela se associa, para explorá-lo, à empresa canadense Falconbridge a fim de se emancipar da tutela francesa: para um pequeno país, dizia Jean-Marie Tjibaou, a independência consiste em “calcular bem as interdependências”. (Demmer 2007: 43).

Essa montagem financeira inédita permite efetivamente à coletividade pública dirigida pelos independentistas Canacos se aliar a uma multinacional canadense... ao mesmo tempo em que permanece majoritariamente proprietária do capital. O acesso ao recurso da mineração e o controle de sua exploração são, para os responsáveis políticos da Frente de Liberação Nacional Canaco e Socialista, a garantia de ver o estabelecimento de um equilíbrio econômico entre as províncias independentistas (do Norte e Ilhas) e a Província Sul, (majoritariamente pró-francesa), é também o meio de controlar o êxodo das populações rurais do Norte para Nouméa pela criação de empregos diretos ou induzidos. “A usina do Norte” cristalizou verdadeiramente a luta do povo Canaco pelo acesso à riqueza e à terra há aproximadamente quinze anos.

Se a exploração do maciço do Koniambo é parte integrante do processo político em andamento, não acontece o mesmo com a segunda usina, chamada “do Sul”:

Saído dos papéis em 2001, após uma grande concessão feita pela Província do Sul ao gigante metalúrgico Inco Ltda., o projeto Goro se entende facilmente como sendo o contraponto daquele de Koniambo: os eleitos da Província do Sul, essencialmente “leais” buscam tornar o desenvolvimento industrial da Província do Norte concorrente - e seus efeitos de reequilíbrio - criando “sua” usina (Demmer 2007 : 45)

Diferentes em suas expectativas, os canteiros do Norte e do Sul são, no entanto, solidários em seu gigantismo, sendo considerados um dos maiores canteiros de um complexo de mineiro e metalúrgico do mundo: no auge da fase de construção, 8000 trabalhadores de mais de 50 nacionalidades e mais de 100



profissões trabalhavam na construção das duas usinas. Os desafios técnicos são muitos. Assim, o procedimento hidrometalúrgico que a companhia canadense Vale Inco Ltda busca desenvolver para a mina do Sul em razão do baixo teor de minérios ainda não permitiu que a usina entrasse em produção, e produziu uma seqüência de acidentes industriais (vazamentos de ácidos na lagoa, etc.) que levaram a uma mobilização ambientalista de magnitude.

Embora a lógica que levou à criação desses complexos industriais seja diferente, a soberania política do arquipélago deverá primeiro passar pela independência econômica com relação à França, uma vez que a construção de um novo país não poderá ser feita sem o níquel.

As motivações desses jovens e, algumas vezes, “o que os fez aguentar” moralmente tão longe da comunidade, nunca são puramente individuais nem estritamente utilitaristas no sentido econômico (conseguir um trabalho “estável” - em oposição ao emprego precário, “limpo” – a atividade de manutenção se opondo às profissões da produção - e “bem pago”, de acordo com seus termos). Ainda que as vantagens da profissão de operador ou de técnico num grande complexo industrial nunca sejam perdidas de vista, partir para o Quebec para se formar é também, a sua maneira, contribuir para a luta iniciada pelos anciãos durante os “acontecimentos” dos anos 1980. Assim o expressa um jovem mestiço que diz “estar ligado ao seu lado identitário Canaco”:

Eu, desde o colégio, eu sei que eu quero trabalhar para a KNS. Era a usina do Norte. Ultimamente, me propuseram ir trabalhar na [mina do Sul]. Eu disse “não”. [...]. Isso não me interessa. Eu sou um menino do Norte. [Na minha família] Eu cresci na política. A gente escuta isso... esse discurso... “a Independência”. *A Independência se faz nos cadernos hoje*. Nossos pais e nossas mães, eles fizeram sua luta. Agora, para nós, a luta é nos bancos da escola. É por isso que eu não me vejo trabalhando na [mina do Sul]. *A usina do Norte é um projeto país*. É o projeto pelo qual nossos pais e nossas mães marcharam na rua, eles lutaram. *O povo quis esta usina ali*. Assim, se não formos nós a fazê-lo, quem o fará? Vamos trazer [franceses da metrópole]...? Ou quebequenses? (Sublinhado por mim)

Os depoimentos revelam uma grande mudança no “modo de reprodução” da sociedade Canaco, isto é, no sistema de “estratégias de reprodução” adaptado às particularidades do patrimônio (cultural, econômico, político, etc.) que se deve reproduzir. Essas estratégias englobam as estratégias de fecundidade, as estratégias de sucessão, educativas, matrimoniais, etc. (Bourdieu, 1989). Esta grande mudança está relacionada com uma massificação escolar, o termo sendo preferível ao de “democratização (nota 4)” e com uma generalização do trabalho assalariado como modelo, ou como entrada na condição operária.

A sociologia opõe tradicionalmente dois modos de reprodução: o modo familiar e o modo de componente escolar. O primeiro está associado à economia de subsistência, enquanto que o segundo está



associado ao desenvolvimento de uma economia salarial onde o título escolar se torna um verdadeiro “direito de entrada”. Nesses modos de reprodução opõem-se de forma esquemática o recurso à família e o recurso à escola nos mecanismos de transmissão (Mauger 2010). No caso presente, a fronteira é menos nítida, e esses dois modos parecem hoje mais coexistir para a comunidade Canaco do que se opor. Ou melhor, é impossível dissociá-los na medida em que a rede familiar e sua mobilização são essenciais na mobilidade para o Quebec, mesmo se a vontade de “ir estudar” é mais frequentemente apresentada como pessoal (e não como resultado de uma estratégia familiar). Tornou-se fundamental não subestimar a importância crescente do “modo de reprodução”, baseado na obtenção de títulos escolares, e no acesso ao emprego assalariado, ao lado e, algumas vezes, à margem do capital familiar, que é também um “capital de autoctonia”, no sentido de Jean-Noël Retière (2003), ou seja, como o conjunto dos recursos que fornece o pertencimento a redes de relações localizadas (aqui clônicas, mas também de aldeia, políticas ou sindicais ...). São estas redes localizadas que permitiram a esses jovens ouvir falar desses programas de mobilidade para o Quebec, preparar seu dossiê de candidatura e serem selecionados para obtenção de uma bolsa de estudos.

A observação poderia parecer anódina se ela não interviesse em um momento de intensas reflexões sobre os “valores da sociedade Canaco” por parte das autoridades costumeiras (nota 5), reflexões que nada dizem sobre essas novas linhas de divisão no interior da comunidade e entre as gerações, mas também dentro de uma mesma geração entre os “que são” (os anciãos do *cégep* gostam de se imaginar como uma aristocracia operária Canaco, e são frequentemente vistos como tais, pequena elite técnica cuja legitimidade está baseada na obtenção de um diploma profissional, e aureolada da glória daqueles que voltaram do exílio Canadense) e os “que não são” (aqueles que fracassaram precocemente na escola, ou foram relegados a caminhos que não lhes permitiram seguir formações qualificantes e ser partes ativas no desenvolvimento econômico).

Do Sistema Escolar Francês ao Cégep ... Ou O Elogio da Diferença

Estes jovens caledonianos partiram por um ano, três anos, ou até quatro anos. Eles voltaram com uma rica experiência de deslocamento que, de acordo com o que eles disseram, permitiu-lhes abrir os olhos, tomar distância. Como expressou um deles: “Eu não sabia que era melhor em outro lugar. Agora eu posso comparar.” E essa constatação se refere prioritariamente ao funcionamento respectivo dos sistemas educativos franceses, por um lado, e quebequenses, por outro.

Seria um abuso dizer que os jovens que encontramos haviam fracassado na escola antes de sua inscrição no programa. Eles são, na verdade todos titulares de, pelo menos, o título que sanciona o fim do ensino secundário na França: o *baccalauréat*. Entre eles, 40% são titulares de um bac geral científico, 30% de um *bac* técnico ciências e tecnologias do setor terciário (que, *a priori*, os predisponha mal para os estudos de tipo industrial seguidos no Quebec), 30% de um *bac* profissional em manutenção de equipamentos industriais ou Engenharia Elétrica (nota 6). Dois deles são até mesmo titulares de uma *licence*



pela universidade local. Mas podemos dizer que, no momento em que ouviram falar do programa que os levaria para o Canadá, estes jovens buscavam uma vocação, porque não haviam encontrado na Nova Caledônia uma formação que lhes correspondesse, ou porque não foram admitidos na formação de sua escolha, no local ou na França.

Aqui estão alguns perfis:

Eu fiz um *bac S* [científico]. Em seguida, eu quis fazer uma *licence* em física e química na Universidade da Nova Caledônia. Eu fiz apenas um ano e depois eu desisti, fui ficar na tribo. Porque... eu perdi muitas aulas... Eu estava... Eu não estava levando a sério... não gostava disso... eu não voltei mais para a universidade porque eu não sabia exatamente o que queria fazer realmente. Depois, eu tentei seguir pequenas formações... Então eles montaram a formação para o Quebec. E eu me lancei nela.

Eu fiz um *bac S* [científico], foi em 2005. Depois disso, eu fiz um ano do diploma de estudos universitários científicos e tecnológicos “metalurgia” na Universidade da Nova Caledônia. Eu consegui meu primeiro ano. Mas... como eu tinha feito um *bac* ciências da engenharia... não foi o suficiente... já, eu tinha me voltado para uma carreira no ramo da manutenção. Então eu fiz isso, não foi por despeito... mas era para ver, para testar um pouco... o que era a vida de estudante. [...] Era para eu partir para a França, para fazer um curso de técnico superior “controle industrial e regulação automática”. Retomar um ano. Em fevereiro, uma propaganda na TV: “Partir estudar no Quebec”.

Aqui, eu estudei... *bac STT*, terciário e tecnológico. Eu cresci nas [Ilhas] Lealdade. Eu vim para Nouméa para a escola. Como acabei em um *bac STT* ...? São os professores que me colocaram por causa das minhas notas. Eu queria fazer outra coisa, trabalhar com climatização e frio. Mas, como os professores viram que eu tinha boas notas, eles me aconselharam a ir mais no geral. Eles têm uma grande influência sobre os pais. Eu passei no *bac* e depois eu voltei [para a minha ilha]. Isso foi em 2006. Eu apresentei um pouco minhas candidaturas em todos os lugares. Mas ninguém aceitou. Eu apresentei nas outras universidades. Eu pedi a assistência da direção. Eles não me aceitaram. Depois... eu... eu... não tive resposta em nenhum outro lugar. Eu trabalhei no hotel onde meu pai trabalha para ter um pouco de dinheiro. Dois meses. Não por muito tempo. E depois eu ouvi falar da mobilidade Quebec.

Eu tinha um *bac S* [científico] depois que eu continuei por três anos uma *licence* “informática” na Universidade da Nova Caledônia; não foi um grande sucesso. Eu consegui no primeiro semestre do primeiro ano... mas depois eu fiquei no primeiro ano por três anos. Cheguei ao limite da bolsa de estudos. Eu não tinha muito objetivo, era um pouco de despeito que veio a universidade. Em seguida, uma coisa leva a outra, eu continuei ... eu pensei que eu



teria sucesso. Foi a continuação lógica do *bac*. A informática era nada mais. Em 2007 eu ouvi falar da mobilidade Quebec.

A mobilidade no Quebec constituiu, portanto, uma oportunidade, às vezes inesperada - na medida em que eles não encontravam nenhuma formação que os acolhesse no sistema francês - para ir ver como é em outros lugares e ingressar em profissões promissoras, com uma qualificação profissional ao final. Se eles não estavam, a rigor, “chateados” com a escola, no sentido de que eles nunca, por exemplo, questionaram a necessidade de se obter um diploma, em compensação, eles se posicionavam contra o “sistema” e aqueles que o encarnam, os professores. Um deles coloca da seguinte maneira: “Eu estava muito chateado com o mundo do ensino, mas não com a escola. [Na escola] você está preparando o seu futuro”.

Em contrapartida, pode-se falar de um elogio ao sistema educativo do Quebec. Todos, sem nenhuma exceção, articulam esses dois aspectos, enquanto que a pergunta que lhes foi feita na entrevista girava em torno da “diferença” entre o que eles tinham experimentado aqui e que eles descobriram lá, e não sobre a “superioridade” de um sistema com relação ao outro... Os depoimentos que tomam, às vezes, a forma de uma acusação contra a escola que eles conheceram na Nova Caledônia, insistem, particularmente, sobre a horizontalidade da relação professor/aluno como um fator de sucesso, e sobre o engajamento dos professores como uma condição da confiança que é em si condição da motivação para aprender. É a violência institucional da escola “à francesa” que se torna visível na comparação.

Lá, no Canadá, é mais detalhado, com pessoas experientes já. Eles têm 30 anos de experiência no campo em que atuam e eles apostaram na educação para terminar suas carreiras. [...] No Quebec, com professores mais... sociáveis ... a gente conversa com eles... a gente se trata por ‘tu’ [...]. Lá [no Canadá], você falava com os professores, foi legal... você tinha vontade de aprender, ainda mais que eram pessoas experientes. Eles conheciam o seu trabalho. Eles eram mais “práticos”, raramente estávamos em sala de aula para estudar um plano... foi válido.

Um outro estudante:

A grande diferença com relação aqui [na Nova Caledônia]... Eu acredito que lá é mais amigável. O estudo é mais... o êxito é mais acessível... mais fácil... enquanto que aqui... é mais... se você trabalha e você não dá conta... é problema seu. Enquanto que lá, se eles vêem que você tem interesse, eles vão te ajudar. Os professores são mais acessíveis, e o simples fato de te tratarem de “tu”... isso quebra a barreira, você tem mais facilidades para estudar.

Um outro estudante:

As primeiras aulas, foi verdadeiramente chocante ver a diferença entre o sistema quebequense e o sistema que a gente conheceu aqui. Eu não me sentia... não havia um pedestal entre o



professor e eu... ele me tratava realmente no mesmo nível. Ele te escuta. Aqui, nunca. Alguns eram até legais [aqui na Caledônia]... mas não era o mesmo clima em sala de aula. [...] Era mais fácil porque os professores eram mais competentes, eles dominavam seu assunto. Enquanto que aqui [na Nova Caledônia]), a gente tinha professores que ficavam dando voltas em torno do assunto. Eles são realmente muito generalistas. Enquanto que lá [no Canadá], eles têm especialidades. São especialistas na sua área.

Um outro estudante:

A gente tinha dificuldade em francês, mas a gente chamava a professora, e ela vinha na nossa casa, e começamos a trabalhar todos juntos, para explicar as dificuldades. Ela dedicava duas horas no sábado ou no domingo. Eles dedicam muito do seu tempo para ensinar. Eles levam tempo para explicar. Lá, eles querem que todo mundo tenha sucesso, na escola e na vida.

Um outro estudante:

Essa experiência no Quebec... isso fez com que eu chegasse a pensar que a educação na Caledônia, ou mesmo educação nacional... ela acontece de forma... vertical. Você tem o professor e os alunos abaixo, uma espécie de hierarquia. Enquanto que, no Quebec, é muito mais horizontal. Os estudantes estão lá. Já nós, chegando aqui, nós costumávamos chamar o nosso professor de “senhor”. Lá, a minha primeira aula de eletrônica, ele me disse, “não, não, você não me chamar de “senhor”, eu sou Rock, você me chama de Rock”... isso, isso acaba com tudo que a gente já viu aqui na Caledônia. Existe mais relação... mesmo se há mesmo assim um mínimo de respeito para com o teu professor. Ele, ele ensina. Mas se a gente se chama pelo primeiro nome, isso se torna uma parceria. Para mostrar que ele é bom, a gente se sente obrigado a ter sucesso.

A constatação da importância da relação interpessoal entre o formador e o aluno enquanto tal não é absolutamente surpreendente. As entrevistas realizadas por Isabelle Coutant com jovens que frequentam um serviço administrativo de ajuda à inserção na metrópole são muito similares a dos caledonianos quando eles evocam a “eficácia” dos professores quebequenses:

A eficiência das palavras pressupõe primeiro a crença na autoridade daquele que as enuncia. Esta autoridade requer ela mesma algumas qualidades morais que, uma vez reconhecidas, garantem a realização de uma dinâmica de dom-contra-dom e as condições da recepção da mensagem educativa. (Coutant 2005: 21)

Nós encontramos os mesmos valores nas respostas dos jovens franceses metropolitanos em vias de inserção e dos jovens caledonianos que retornaram de sua formação: é primeiro um conjunto de qualidades morais que podem fazer a diferença.



De acordo com as entrevistas realizadas com jovens em formação, as qualidades morais esperadas incluem ao mesmo tempo uma forte implicação daquele que intervém (disponibilidade, tenacidade), e uma capacidade para se fazer respeitar (respondendo a diversos “testes”) tomando cuidado ao mesmo tempo para não parecer humilhante. Nessas narrativas, a disponibilidade e a tenacidade do formador aparecem como dois critérios essenciais que permitem aos jovens avaliar o seu nível de investimento. “Ele não me largou”, é a fórmula mais frequentemente ouvida para, ao mesmo tempo, traduzir esta exigência e dar conta das razões que levam a dar-lhe sua confiança, em uma espécie de contra-dom. (*Ibid.*)

“Dar garantias para suscitar a confiança”, “não largar”, esse é também o registro no qual os caledonianos se situam para explicar por que eles conseguiram obter o seu diploma. O que escreve Isabelle Coutant pode ser aplicado quase palavra por palavra às narrativas apresentadas a seguir:

Para elaborar sua “linha de ação”, o jovem deve primeiro avaliar a linha do agente institucional que está diante dele. Se este lhe dá garantias conforme as suas expectativas, a confiança por sua vez pode ser concedida, como forma de contra-dom. A relação educativa pode então ser analisada com base no modelo de qualquer interação como um “ajustamento mútuo”: se as expectativas forem atendidas de ambos os lados, a lógica do dom parece ser acentuada. (*Ibid.* 22).

Os testemunhos que seguem são bastante explícitos com relação ao que se poderia chamar de um contrato moral entre estudante e professor. A autoridade moral que os jovens reconhecem em seus professores no *cégep*, baseada no conhecimento especializado, na consciência profissional, no engajamento e na boa vontade, permitirá desativar uma desconfiança herdada da maneira como foi construída a relação deles com a escola quando eles estavam na Nova Caledônia.

A Condição Autóctone sob o Prisma da Experiência Quebequense

Além da experiência escolar, a construção desse olhar distanciado começa pela prova da expatriação, pela dificuldade de viver longe dos seus e de sua casa. Língua, clima, alimentação, arquitetura... nada era *a priori* familiar e tudo esteve sujeito a uma fase de adaptação, algumas vezes longa, especialmente em matéria linguística:

Tinha o frio... tinha a língua... enfim, o modo de falar deles... foi difícil também compreendê-los. No início das aulas, meu Deus... foi! pff. A quebequense que nos havia apresentado o Quebec em Nouméa nos deu um pequeno léxico. Mesmo assim foi difícil. Eles se repetiam um pouco. Eles também não nos compreendiam. A gente tem um modo de falar aqui. A gente era obrigado a tentar pronunciar bem as palavras. Durante dois ou três meses... Nós, a gente teve mais dificuldade que eles.

A decepção aconteceu algumas vezes: “A gente acreditava que ia para a América, e a gente foi parar em um buraco”. O tamanho modesto das cidades (um pouco mais de 40 000 habitantes em 2012, em Rouyn, e 25 000 em Sept-Îles em 2011) assim como seu caráter “provincial” (Sept-Îles se encontra a 14 horas de ônibus



de Montreal, Rouyn à 10 horas...) deram lugar a uma certa desilusão nos primeiros dias da estadia: “A gente pensava que ia chegar em uma cidade... hum... movimentada... um pouco como Nouméa. A gente aterrissou em uma pequena cidade perdida, longe das grandes cidades...”. O inverno é também sinônimo de um confinamento difícil de suportar:

[O *cégep*] É um edifício fechado, sem pátio, de fato feito para o inverno. Você não tem pátio no exterior, e você está sempre no interior. No inverno, você entra às 8 da manhã, está escuro, você sai às 5 horas, é escuro. Você nunca vê o sol. O *cégep* de Sept-Îles é pequeno. Os norte-americanos, tudo fica no interior, é um único edifício, teus armários ficam no interior, etc. Não é como aqui na Caledônia, onde você tem que passar por fora para ir de uma sala de aula a outra.

A primeira impressão deixada por Sept-Îles é também aquela de uma organização espacial, de uma forma de urbanismo... cuja diferença não havia sido antecipada. Mesmo o traçado da cidade surpreende, na medida em que um dos dois grupos da comunidade Innu de Sept-Îles (Innu Takuaikan Uashat Mak Mani-Utenam) vive em uma reserva que tem uma superfície de 1,08 km² e que faz fronteira com o limite oeste da cidade (nota 7). O contraste é forte em ambos os lados da “rua da Reserva”, entre o bairro chique (e branco) na beira do rio e o território da reserva:

Quando você chega pela primeira vez, você já tem a certeza de que está longe de casa... A maioria dos negros lá, somos nós, os caledonianos... Você não vê nenhum, negro. É uma cidade pequena também. Nós, nós não sabíamos [que ia ser uma cidade tão pequena]. A gente estava indo para o Canadá. Chegamos de manhã. À noite, a gente encontrou nossos padrinhos e madrinhas, quebequenses, estudantes, que haviam sido designados para cuidar de nós. Designados... ou voluntários. Eu e os meus dois companheiros de quarto, tínhamos uma madrinha, uma quebequense.

Quando visitamos a cidade na primeira noite com a nossa madrinha, ela nos disse que não era possível dar a volta na cidade sem passar pela reserva. Que a reserva fazia parte de sua cidade. Vimos imediatamente, por causa do que ela disse ... que havia... (hesitação)... como se diz mesmo?... (hesitação). Que eles não se davam bem com os Innus, havia... que eles não viviam juntos. Isso, a gente não sabia antes de partir. Eles nos tinham falado dos Innus, mas não das reservas, etc.

É, paradoxalmente, a experiência da dureza das relações sociais entre os quebequenses não autóctones e os Innus que foi a primeira surpresa deles. O paradoxo aqui é que esta experiência não deveria ter sido *a priori* tão estranha para eles. O processo colonial que colocou os autóctones em reservas no final do século XIX é de fato conhecido por sua dureza: o antropólogo Alban Bensa qualificou as relações sociais do período colonial na Nova Caledônia de “racismo de aniquilação” e “de ideologia de extinção de Melanésios” (Bensa 1995: 114). Se as reservas foram abertas logo após a Segunda Guerra Mundial, a racialização das relações sociais e a conflituosidade latente a elas relacionada sobreviveram sob várias formas. Pesquisas recentes mostram a prevalência das atitudes racistas nas diferentes comunidades que vivem juntas na Nova Caledônia,



já que um estudo quantitativo sobre a situação social dos jovens mostrou que “metade dos jovens entre 16 e 25 anos já foram insultados em espaços públicos na Nova Caledônia, 50% deles afirmando que isso se deve à sua filiação comunitária” (Hamelin *et al* 2008 : 24). Para colocá-lo de forma simples, nós apenas podemos nos surpreender com o próprio espanto deles - como membros do povo autóctone da Nova Caledônia – diante da discriminação de que são vítimas os Innus, e ficarmos chocados com o fato de que eles acreditam que o abismo que separa as comunidades no Quebec não pode ser comparado com o abismo que eles vivem em seu próprio país.

Parece difícil generalizar quando eles evocam suas relações com os quebequenses, que se consolidaram em sólidas amizades e alguns relacionamentos amorosos... mas podemos dizer que seus depoimentos indicam que o olhar do Outro nem sempre foi fácil de enfrentar. Se é difícil generalizar, é especialmente porque parece ser necessário distinguir Sept-Îles de Rouyn, pois se Septílianos são descritos como sendo pessoas “curiosas” (às vezes demais...), para Rouyn alguns se referem a pessoas “desconfiadas” ou mesmo hostis. “Quebequenses, os Septílianos, eles são muito calorosos. Em Rouyn... não era... é nas terras, é bastante fechado... meus colegas que estavam em Rouyn, que conseguiram o AEC... eles realmente não gostaram muito das pessoas de lá”.

O que me chocou um pouco chegando ali em Sept-Îles... Foi sobretudo também o olhar das pessoas [...]. Você, você é... um jovem garoto, que vem de Perpette-les-Bains... você está andando na rua... é principalmente o fato de que... você chega... ainda é verão, você está com sapatos velhos [chinelos] usando um short... há pessoas que vêm e dizem: “Bom dia senhores, bem-vindos em Sept-Îles, de onde vocês vem? “[...] É a proximidade das pessoas que me chocou no início.

Há também uma diferença notável também entre o sentimento daqueles que partiram para preparar um Certificado de Ensino Colegial (em Rouyn) e daqueles que preparavam um Diploma de Ensino Colegial, os primeiros falam muito mais sistematicamente das atitudes racistas que eles sofreram. Isto pode ser em parte explicado pelo fato de que os AEC eram “irregulares”, segundo a expressão em vigor no *cégep*, seguindo cursos especiais fora do horário de aula dos estudantes “regulares” (os DEC), à noite e no fim de semana. A reclusão do curso, uma vez que eles não foram misturados com os estudantes quebequenses e formaram um grupo só deles, e a defasagem de uma vida cujos horários não eram os mesmos dos estudantes (eles se levantavam por volta do meio-dia para ir assistir aula às quinze horas... e voltar tarde da noite) certamente não facilitaram a integração.

Quando chegamos, éramos selvagens... enfim... a gente ficava incomodado... Eles colocaram no jornal que nós éramos Caledonianos, que éramos selvagens, enfim, tímidos, envergonhados... eles colocaram no jornal para os Ilianos... que era preciso nos dizer bom dia quando nos vissem... Então, as pessoas, elas buzinavam, elas diziam: “Hey... Bom dia caledonianos!”. Eles já eram acolhedores... mas eles vinham nos perguntar: “Bom dia, quem é você?” “Ficamos surpresos. Foi depois que ficamos sabendo que havia tido um artigo no jornal.



Nos depoimentos desses jovens, a pequena cidade de Rouyn assume às vezes ares de “Far West”:

A gente fazia festa, sim, todos os fins de semana [riso]. Éramos muitos... especialmente em comparação com a população de Rouyn. Havia aqueles do Governo [os DEC] também. Éramos 30 ou 40 [Caledonianos]. Éramos um pouco notados. A gente colocou um pouco a questão para as pessoas da cidade. Eles disseram que não estavam muito acostumados a ver estrangeiros vindo para sua cidade. Foi um pouco depois. É porque nós vimos a reação deles. Porque eles olhavam um pouco demais e tudo isso, hein [riso]... os jovens... eles nos confundiam com haitianos. [...] Eles perguntavam se tínhamos vindo de Montreal... e tudo isso. O que eles fazem aqui, eles se perguntavam. Mesmo com os índios ... *net*. Você viu como eles conseguem evitar com o olhar. Filho da puta. É chocante. Eles nos viam assim. Éramos vistos um pouco dessa forma, como encrenqueiros. Embora sejamos tranqüilos...

Confundidos com haitianos, eventualmente com “caras de Montreal,” até mesmo com membros de “gangues de rua”... Estamos falando aqui claramente de uma experiência de discriminação que eles dizem – muito paradoxalmente, tendo em conta a situação no seu país de origem, é preciso lembrá-lo – inédita para eles.

Alguns dizem compreender as reações negativas que eles suscitaram e destacam o fato de que eles sempre estiveram “protegidos” por seu enquadramento no *cégep* e de que alguns deles encontraram um meio de salvação: a redenção pelo esporte, e, em particular, o futebol.

Foi o olhar atravessado que nos incomodava. Quando chegamos, eles nos olhavam atravessado. No início, eles não eram muitos, os caledonianos. Eram 16, mais os AEC. Quando nós chegamos, o segundo grupo, nós trouxemos um grande número... de pessoas estrangeiras. Depois, com o esporte, a gente começou a ficar conhecidos por causa do futebol, futsal e futebol de 11 no verão. As pessoas começaram a nos conhecer. No começo, a gente não vai dizer a palavra racista ... mas ... o olhar era maldoso. Isso foi resolvido, mas levou tempo. Dois anos. Havia uma equipe de futebol que já estava ali. Nós, conseguimos montar a equipe na divisão superior. As pessoas começaram a ... [nos olhar de forma melhor]. (sublinhado por mim)

Se a “benevolência” dos quebequenses é mencionada nos depoimentos que eu coletei, ela aparece às vezes matizada de paternalismo:

As pessoas eram legais com a gente, sim ... enfim (muda de ideia), a maior parte deles, sim. O que eu notei quando cheguei ali... O quebequense, ele acredita que as pessoas que vão para lá, são infelizes, eles são caras que... você sabe... que vêm de países subdesenvolvidos... É neste sentido. É um pouco... *nós sentimos um pouco de piedade...* enfim, eu estou brincando. Lá, é preciso dizer que os autóctones, eles estão na reserva. E quando não tem reservas, os índios que andam por aí... sem abrigos. Na verdade, eles são assim, os quebequenses... porque eles não conhecem...



Para nós, isso nos ajudava também... que eles fossem gentis assim também. Eles são todos legais. Se há presentes para dar, bem, eles todos vão fazê-lo. (sublinhado por mim)

Este paternalismo é mencionado até mesmo nas relações de trabalho nas quais foram inseridos os jovens caledonianos desde o seu retorno para a Nova Caledônia, alguns assalariados do sítio Vavouto (usina do Norte) culpam seus supervisores quebequenses de agirem como “missionários”:

Aqui na fábrica, tudo bem, falamos [entre caledonianos e quebequenses]... depois, depende das pessoas. Há aqueles que colocam na cabeça que eles foram enviados aqui, que você não conhece nada, que eles estão aqui para te ensinar tudo. Eles não são todos assim, mas... há alguns que se perguntavam [no Quebec] como as pessoas viviam aqui, se tínhamos uma TV em casa, etc. As pessoas de Sept-Îles diziam também que as pessoas de Montreal pensavam que eles ainda viviam em iglus... isso nos fazia rir um pouco. Aqui, é igual, eles tendem a acreditar que, nós, a gente não sabe nada, e que eles, eles sabem tudo.

O último ponto a mencionar é a relação com os Innus, ponto sobre o qual eu os interroguei sistematicamente. Como foi o primeiro contato direto entre autóctones e caledonianos? A seguir dois exemplos de resposta para a pergunta: Você esteve com os Innus?

Não... alguns... mas depois, tivemos alguns problemas com eles. Porque onde estávamos, era nas reservas, ora. Tínhamos amigos que caçavam... pedimos a eles se eles poderiam nos trazer o caribu. Eles dependem muito do dinheiro do governo para viver... [bem-estar social]... eles sempre estão bêbados... muitos traficantes viviam com os índios... No início, tudo bem, mas, depois, quando eles começaram a cheirar uma fileira de cocaína na nossa frente... bem, já não estava mais tudo bem. A gente era mais amigo dos quebequenses.

Sim, alguns, mas não havia muitos no *cégep*. E, além do mais, é diferente. Eles ficam concentrados nas reservas. Eles têm muitos problemas com álcool, drogas. Nós também não nos aventurávamos muito nas reservas. Éramos amigos dos índios que estavam no *cégep*. A gente simpatizou... alguns amigos foram caçar com eles... [...] *No início, os Innus pensavam que nós éramos... eles diziam que a gente era branco, ora... porque... porque... nós andávamos com quebequenses, íamos ao cégep*. No entanto, nós dizíamos a eles que nós também éramos o povo autóctone da Nova Caledônia! Nos encontrávamos com eles no centro comercial, no bar. Nós tínhamos dois irmãos Innus, fomos jantar na casa deles no Natal, eles nos serviram caribus para experimentar, foi legal. Havia alguns que seguiam uma pequena formação para serem condutores de trem. Senão, havia também índios no *cégep*. *Eu acho que a única coisa que nos chocou, no começo, foi... o apartheid ... parece... Havia a polícia dos Innus e a polícia dos Brancos..., como eles a chamavam... Mesmo quando víamos os quebequenses e os Innus, entre eles havia um bloqueio, eles não se falavam com facilidade.*



Quando fizemos nossos estágios, havia alguns que diziam: “Cuidado, os Innus, eles são assim, assim”. Mas a coisa, é que *eu me comparava um pouco com os Innus... não é a mesma coisa... mas mesmo assim, isso mexia comigo.* (sublinhado por mim).

Estas relações entre Canacos e Innus foram, portanto, no mínimo ambíguas. As narrativas evocam a busca inicial de uma solidariedade impossível com os autóctones indígenas... que acabaram fazendo figura de contra-modelo. Alguns estudantes *cégepianos* dizem que seu encontro com os Innus fez-lhes pensar sobre a opção “autóctone” para o futuro do Kanaky (versus a opção de independência e um Estado soberano), escolha que eles assimilam ao fato de viver uma espécie de “renda de situação”, decorrente do reconhecimento pelo Estado de direitos sobre a exploração - por outros - das terras ancestrais, e ao qual eles opõem o direito de uma participação na produção do níquel:

É claro, nós poderíamos entrar nesse sistema de royalties. Mas Tjibaou, ele foi claro no discurso que ele fez antes de seu assassinato. Era preciso que nós aparecêssemos. Não apenas como espectadores, mas como atores do nosso futuro. Era preciso parar de pensar que vamos fazer como os autóctones do Canadá... ou, em alguns países como Nauru... acabou. Eu, eu não quero essas histórias de royalties. Eu quero ser capaz de segurar meu garfo e comer por mim mesmo.

Conclusão

O que podemos reter dessas narrativas?

A primeira observação poderá parecer banal, mas os jovens canacos ex-alunos do *cégep* são, antes de tudo, indivíduos que vivem em um mundo globalizado. Sua vida futura será influenciada por fenômenos globais, dependendo dos preços globais do níquel para a redefinição das relações com a República Francesa e os confetes de seu império colonial, fenômenos sobre os quais eles sabem ter pouco controle. Mas se ninguém questionar o fato de que eles são “cidadãos do mundo”, as análises, quando procuram detectar nas declarações e nas ações traços da “cultura” ou do “costume”, privam-se muitas vezes dos meios de uma compreensão da mudança social, porque elas negligenciam o fato de que o pertencimento a uma comunidade é apenas uma das referências dos indivíduos no espaço social, que representa uma forma de capital a ser mobilizado ao lado de outras formas de capital (especialmente o capital que constitui para estudantes *cégepianos* o diploma e, mais à frente, a experiência profissional). Em vez de pertencimento a uma comunidade, seria mais correto falar de posse de um *capital de autoctonia*, como “o conjunto dos recursos que fornece a adesão a redes de relações localizadas” (Renahy 2010: 9). Se a noção de “capital de autoctonia” foi construída em torno da análise das classes populares na França, a partir de uma análise do peso do pertencimento local para as categorias desprovidas de capitais econômicos ou culturais (Retière 2003), ela me parece pertinente aqui igualmente para dar conta da dimensão simbólica desses recursos que os caledonianos podem mobilizar para “domar” um modo de desenvolvimento econômico e um tipo de condição salarial ainda alóctones, criando regulamentações coletivas



coletivas locais para a atividade de mineração. O capital de autoctonia tem aqui duplo significado, enquanto designa a possibilidade de mobilizar um pertencimento localizado, por um lado, mas também uma forma globalizada de pertencimento (a categoria de “povos indígenas”, no sentido da ONU) que dá acesso a recursos sociais, políticos e simbólicos suplementares por outro lado

Segunda observação, que não deve surpreender ninguém: estes *cégepianos* vivem o seu tempo. São pessoas móveis e conectadas com o resto do mundo através de todos os meios que a tecnologia põe à sua disposição. Sua estadia no Quebec, as dificuldades (afastamento, frio, o olhar do outro nem sempre benevolente, etc.), mas também as oportunidades (a descoberta de uma outra relação com os estudos, outros modos de vida, a criação uma rede de amigos, etc.) lhes terão permitido esse olhar distanciado que eles dizem que os ajuda a se construírem como cidadãos, mais lúcidos e mais críticos, de um futuro país de destino ainda incerto.

Última observação, aparentemente banal, estes *cégepianos* são também, antes de tudo, jovens e compartilham os riscos da condição juvenil, especialmente quando se trata de se fazer “reconhecer”, de “encontrar o seu lugar” em um ambiente particularmente instável. Chamados para serem “empresários de si mesmos” (Castel 2009), a eles é também atribuída a responsabilidade de oferecer uma tradução concreta ao “destino comum”, entre ethos individual e ético do dever, entre “ter sucesso na vida” e “construir o País”.

Versão em português: Ana Catarina Zema de Resende.



Bibliografia

BENSA, Alban, 1995: *Chroniques Kanak : l'ethnologie en marche. Peuples autochtones et développement*, Survival international, Paris.

BOURDIEU, Pierre, 1989: *La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Éditions de Minuit, Paris.

CASTEL, Robert, 2009 : « Les jeunes ont-ils un rapport spécifique au travail ? » in Robert Castel (dir.), *La montée des incertitudes. Travail, protections et statut de l'individu* : 139-158. Seuil, Paris.

COUTANT, Isabelle, 2005 : « Le pouvoir des mots. À propos de l'encadrement socio-éducatif des "jeunes sans avenir" ». *Formation et Emploi* 89 : 19-33.

DEMMER, Christine, 2007: « Autochtonie, nickel et environnement. Une nouvelle stratégie kanake ». *Vacarme* 39 : 43-48.

GROCHAIN, Sonia, 2013: *Les dynamiques sociétales du projet Koniambo*. Éditions IAC, Nouvelle-Calédonie.

HAMELIN, Christine, et al., 2008 : *Situation sociale et comportements de santé des jeunes en Nouvelle-Calédonie – Premiers résultats*. Rapport inédit. INSERM, Villejuif. <http://www.recherches-nouvelle-caledonie.org/IMG/pdf/Rapport_INSERM_Etude_Jeunes_2007.pdf> (consulté le 17 décembre 2014).

MAUGER Gérard, 2010 : « Jeunesse : essai de construction d'objet ». *Agora débats/jeunesses* 56 : 9-24.

RENAHY, Nicolas, 2010 : « Classes populaires et capital d'autochtonie. Genèse et usages d'une notion ». *Regards sociologiques* 40 : 9-26.

RETIÈRE, Jean-Noël, 2003 : « Autour de l'autochtonie. Réflexions sur la notion de capital social populaire ». *Politix* 16(63) : 121-143.

SALAÛN, Marie, 1993 : *Enquête sur la jeunesse mélanésienne en France*. Mémoire ad hoc du diplôme d'études approfondies de Sciences sociales de la formation doctorale ENS/EHESS à Paris, sous la direction d'Alban Bensa, inédit.

SALAÛN, Marie, 2005 : « De la mentalité primitive au choc des cultures. L'échec scolaire kanak et son étiologie : état des lieux (communs) », in Véronique Fillol et Jacques Vernaudo (dir.), *Stéréotypes et représentations en Océanie* : 129-144. Corail/Grain de sable, Nouméa.



Canacos no Quebec: a experiência de jovens autóctones Caledonianos do curso técnico de mineração nas cidades de Rouyn e Sept-Îles

Marie Salaiin

O texto apresenta os relatos da experiência dos jovens canacos da Nova Caledônia no curso técnico de mineração nos *cégeps* de Rouyn e Sept-Îles. O objetivo das entrevistas realizadas com esses jovens autóctones era coletar o lado subjetivo de uma experiência de formação no estrangeiro. Estes depoimentos revelam as repercussões individuais de um clima econômico, político e social vivenciado como incerto. São, assim, traçados os contornos da nova condição salarial que é oferecida a uma geração cujo destino está ligado ao desenvolvimento da atividade em torno do níquel. A reflexão suscitada pela experiência canadense dá a oportunidade de voltar aos seus percursos escolares anteriores na Nova Caledônia e lança nova luz sobre a escolha coletiva que hoje se coloca para o povo Canaco, entre luta pela independência de uma futura Kanaky e estratégia de defesa dos direitos indígenas.

Palavras-chave: Canaco, Nova Caledônia, formação profissional, Québec, níquel

Des Kanaks au Québec : l'expérience de jeunes autochtones calédoniens en formation aux métiers de la mine à Rouyn et à Sept-Îles

Marie Salaiin

Ce texte présente les retours d'expérience de jeunes Kanaks de Nouvelle-Calédonie en formation aux métiers de la mine dans les *cégeps* de Rouyn et de Sept-Îles. Le but des entretiens réalisés avec ces jeunes autochtones était de recueillir le versant subjectif d'une expérience de formation à l'étranger. Ces témoignages livrent les répercussions individuelles d'un climat économique, politique et social vécu comme incertain. Sont ainsi tracés les contours de la nouvelle condition salariale qui s'offre à une génération dont le destin est lié au développement de l'activité autour du nickel. La réflexion suscitée par l'expérience canadienne donne l'occasion de revenir sur leurs parcours scolaires antérieurs en Nouvelle-Calédonie et éclaire d'un jour nouveau le choix collectif qui se pose aujourd'hui au peuple kanak, entre lutte pour l'indépendance d'une future Kanaky et stratégie de défense des droits autochtones.

Mots clés : Kanak, Nouvelle-Calédonie, formation professionnelle, Québec, nickel

Kanak in Québec: Feedback from Indigenous Youth Trained in the Field of Mining in Rouyn and Sept-Îles

Marie Salaiin

This paper explores the experiences of young Kanak people from New Caledonia who have traveled to Québec for training in mining careers at the CEGEPS of Rouyn and Sept-Îles. Interviews with these indigenous youths provide a glimpse into the subjective aspects of a training experience abroad. Their stories reveal how they were each individually affected by a social, economic and political climate that they experienced as uncertain. Outlined here are the new working conditions of a generation whose destiny is linked to the development of nickel mining. The Canadian experience also provides Kanak youth with a sense of reflexivity about their own identities as indigenous people. This reflexivity gives them an



opportunity to rethink their earlier academic experiences in New Caledonia. In doing so, they attain a fresh perspective, rooted in their own experience, on the collective choice that now faces the Kanak people, between the struggle for the independence of a prospective Kanaky and advocacy for indigenous rights.

Keywords: Kanak, New Caledonie, Québec, professionnall training, nickel

Kanaks en Quebec: la experiencia de los jóvenes indígenas caledonianos en formación técnica para la mina en Rouyn y en Sept Îles

Marie Salaiin

Este texto presenta los aprendizajes de la experiencia de los jóvenes Kanak de Nueva Caledonia que se encuentran en formación técnica para la mina en los centros de formación superior post-secundaria de Rouyn y de Sept Îles. El objetivo de las entrevistas realizadas a estos jóvenes indígenas era el de recoger el aspecto subjetivo de una experiencia de formación llevada a cabo fuera de Nueva Caledonia. Estos testimonios muestran las repercusiones que el incierto clima económico, político y social tiene a nivel individual. De este modo, es posible trazar los contornos de la nueva condición salarial que se ofrece a una generación cuyo destino está ligado a la actividad en torno al níquel. La reflexión suscitada por la experiencia canadiense da la oportunidad de echar una mirada atrás a sus recorridos escolares en Nueva Caledonia, aclarando con ello de un modo distinto la decisión colectiva que se plantea hoy en día al pueblo kanak. Tal decisión se encuentra entre la lucha por la independencia de una futura Kanaky y la estrategia de defensa de los derechos indígenas.

Palabras clave : Kanak, Nueva Caledonia, formación técnica profesional, Quebec, níquel



Nota bio-bibliográfica

Marie Salaun, é professora na Universidade de Nantes na França e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Educação de Nantes. Ela trabalha há cerca de vinte anos no Pacífico Sul, com antropologia política (em torno da questão de descolonização e sua atualidade nesta região do mundo) e com antropologia da educação (em torno da questão da consideração das realidades lingüísticas e culturais autóctones e da justiça escolar). Autora de vários relatórios de pesquisa na Nova Caledônia, em Tahiti e no Havaí, ela também publicou uma série de livros como *A escola indígena. Nova Caledônia 1885-1945* pela Presses Universitaires de Rennes em 2005 e *Descolonizar a escola? Hawai'i, Nova Caledônia. Experiências contemporâneas* pela mesma editora, em 2013. Ela organizou juntamente com Natacha Gagné e Martin Thibault, em 2009, a coletânea *Autoctonias. Vistas da França e do Quebec*, pela Presses de l'Université Laval.

• marie.salaun@univ-nantes.fr



Notas

1. A pesquisa foi realizada em 2012 com financiamento do CRNT “Níquel e seu meio ambiente”, chamada de Projeto “A atividade de mineração e governança local em Nova Caledônia”. As entrevistas foram realizadas no local da fábrica que emprega esses jovens na Província Norte, em workshops ou locais de descanso, também em suas casas ou em lugares públicos em Nouméa, um ou dois anos depois o retorno do Canadá.
2. Os jovens encontrados em Vavouto e titulares de um AEC “KNS” obtidos em 2008 e 2009 em Rouyn no Abitibi são jovens que vieram de um viveiro de bacs profissionais ou tecnológicos majoritariamente originários da Província do Norte, não prioritários para acessar formações seletivas de nível “técnico” (tipo BTS), recrutados desde que voltaram do Quebec para postos de operadores de manutenção. As condições de auxílio foram as mesmas que para os DEC.
3. O último episódio data de 7 de Maio de 2014, com o derramamento acidental em um rio de quase 100 000 litros de uma solução contendo ácido, provocando a morte de peixes e mariscos... e violentos confrontos entre os jovens das tribos do Sul e as forças de segurança.
4. Em 2009, 40,3% dos moradores de Nova Caledônia dizem pertencer à comunidade Kanak (99 100 pessoas). A segunda comunidade mais representada é a dos europeus: 29,2% das declarações, ou 71 700 pessoas. Seguem os Wallisianos e Futunianos, 8,7% (21 300 pessoas). Reagrupadas, as outras comunidades identificadas representam 7,3% da população total: taitianos (2,0%), os indonésios (1,6%), Vietnamitas (1,0%), Ni-Vanuatu (0,9%), outros asiáticos (0,8%) e outros (1,0%). 8,3% da população declaram pertencer a várias comunidades ou ser mestiços. Finalmente, 5% disseram que pertenciam à comunidade “Caledoniana”, se recusando a escolher entre as comunidades propostas. E os 1,2% restantes não informaram. <[Http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?ref_id=ip1338#inter6](http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?ref_id=ip1338#inter6)> (acesso em 21 de janeiro de 2015).
5. Carta do Povo Canaco. Base comum dos valores e princípios fundamentais da civilização Canaco. <<http://www.senat-coutumier.nc/le-senat-coutumier/la-charte-du-peuple-kanak>> (acesso em 21 janeiro de 2015).
6. No censo de 2009, 39% da população caledoniana com idade entre 25 e 49 anos possuem um diploma igual ou superior ao *baccalauréat*, o número cai para 18% quando se isola a comunidade Canaco. <<http://www.isee.nc/tec/popsociete/telechargements/4-population.pdf>> (acesso em 06 de maio de 2014).
7. A segunda parcela, Maliotenam está localizada a 16 km a leste de Sept-Îles e cobre uma superfície de 5,02 km². ITUM tinha em 2012 cerca de 3544 membros, dos quais 2.885 viviam na comunidade.



Nota da Tradutora

^{1NT}. *Baccalauréat* é um exame de conclusão do ensino secundário, necessário para o ingresso no ensino superior. Na linguagem coloquial é conhecido como *bac*.

^{2NT}. *Licence* é um diploma francês e um grau universitário de primeiro ciclo do Ensino Superior que valida três anos de estudos após o *baccalauréat*.

Comentário da Autora

*A política editorial da Revista é de concordar em gênero e em número o nome das comunidades autóctones de acordo com a instrução do Ofício Quebequense da língua francesa, “para favorecer a integração de empréstimo ao sistema lingüístico do francês”, mas a autora deseja manifestar seu desacordo.
[NDLR]